

MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO 2007/2008 1º PERÍODO

ANÁLISE DO RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES DO 1.º PERÍODO RESULTADOS ESCOLARES, EDUCATIVOS E OUTROS

SÍNTESE DOS PONTOS FRACOS DETECTADOS

Tendo por base o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola e o Plano Orientador/Guia para a Acção 2007/2008, a ESA estabeleceu determinadas metas, conhecidas pelos diversos intervenientes no processo educativo e de aprendizagem.

Neste sentido, o Plano Anual de Actividades foi organizado em função de quatro eixos fundamentais, visando a consecução dessas metas, tendo em conta as sugestões de orientação do processo de auto-avaliação da ESA e as áreas de intervenção que foram consideradas prioritárias, nomeadamente:

1. Melhoria dos resultados educativos:

- Resultados escolares
- Outros resultados educativos

2. Promoção da cidadania na escola:

- Educação cívica
- Educação ambiental
- Educação para a saúde

3. Optimização do funcionamento de certas estruturas de orientação educativa

- Departamentos Curriculares
- Conselhos de Turma

4. Melhoria dos espaços/serviços/equipamentos

O Plano Anual de Actividades, assim estruturado, prevê e facilita a avaliação sistemática do seu grau de consecução, através de um processo de monitorização a decorrer ao longo de todo o ano lectivo. Esta nova estruturação do Plano Anual de Actividades, documento essencial de execução da política educativa da escola, é vista, pelo Grupo de Auto-avaliação, como um factor positivo na gestão da escola, na medida em que reflecte a própria estrutura do Guia para a Acção delineado para 2007/2008, obrigando a um exercício de articulação bastante produtivo do ponto de vista da coerência na acção e nos fins. Contribui para promover uma visão verdadeiramente estratégica da acção da escola. Assim, os documentos orientadores e os executores dialogam entre si, de forma clara e eficaz.

Contudo, esta nova orientação na estrutura do PAA, carece, ainda, de uma melhor organização ao nível da triagem das diferentes actividades, de forma a identificar, com mais propriedade, os seus objectivos e os seus efeitos, no quadro do Plano de Acção. Esse aperfeiçoamento levará, obrigatoriamente, a uma melhor percepção da eficácia das estratégias da escola, tendo em vista a prioridade e o alcance dos seus objectivos. Nem todas as actividades integradas nas várias áreas de intervenção concorrem para a sua melhoria de forma igual. Algumas são quase subsidiárias e outras serão aquelas que verdadeiramente visam a alteração dos casos problemáticos identificados. Esta distinção nem sempre é clara e o elenco indiscriminado das ditas actividades pode ser enganador e induzir em erro, na hora de avaliar a eficácia das estratégias implementadas. Mais adiante neste relatório, será feita referência a alguns casos a merecer correcção. Um aspecto a ter em conta na elaboração do próximo PAA.

Da análise do relatório da execução do PAA efectuada pela equipa de auto-avaliação da ESA, evidenciam-se os designados “pontos fracos” que, com maior ou menor amplitude, continuam a ser detectados na escola e que, conseqüentemente devem continuar a merecer particular reflexão no contexto das diversas estruturas de gestão e de orientação educativa da ESA.

Como nota prévia, constata-se que, independentemente da elaboração dos respectivos planos de melhoria, faltam nesta avaliação intermédia do PAA relatórios de cinco departamentos relativos à reflexão sobre os resultados do primeiro período: Departamentos de Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ética, Expressões, Tecnologias e Línguas Germânicas. Constam em anexo ao PAA, os relatórios dos Departamentos de Ciências do Ambiente, Ciências Exactas e Línguas Latinas. Tais documentos de reflexão são importantes, na medida em que permitem a divulgação e a partilha das análises aturadas que ocorrem no seio dos departamentos, tendo em conta questões tão importantes como a articulação e a sequencialidade do processo de ensino-aprendizagem, da qual as grelhas de melhoria poderão não dar conta.

Esta ênfase posta na articulação e na sequencialidade é reforçada pela análise diacrónica dos resultados dos alunos (excepção feita aos anos em início de ciclo) feita por alguns departamentos que, por sua vez, contribui para um entendimento mais correcto e contextualizado da análise sincrónica desses mesmos resultados. É um ponto a assinalar positivamente, esta melhoria da qualidade das análises dos resultados educativos e a sistematicidade com que se vem fazendo, no seio dos órgãos de gestão e nas diversas estruturas de orientação educativa da escola (departamentos e conselhos de turma).

1. RESULTADOS ESCOLARES

A escola definiu metas que devem nortear a análise dos resultados dos alunos nas diversas disciplinas, sendo que, no **ensino básico**, a taxa de insucesso deve situar-se nos **16%** e, no **ensino secundário** não deve ultrapassar os **17%**. Contudo, o Conselho Executivo entende que, independentemente do valor de insucesso atingido, todas as disciplinas/anos devem ser objecto de um plano de melhoria, formalizado em grelha própria.

O insucesso no ensino básico (número de alunos em situação de retenção, considerando os que têm mais de três níveis negativos) no 1º período cifrou-se em **28,9%** (7º ano – 33,3%; 8º ano – 36,7%; 9ºano – 17,6%). Verifica-se que este valor baixou em relação ao mesmo período de 2006/07 (39,1%), mas ainda está bastante aquém das metas a atingir pela escola (16%).

No ensino básico, só 40% dos alunos não teve classificações negativas e os valores de insucesso indicados acima aumentam consideravelmente se a esses alunos acrescentarmos os que têm três negativas: 45,7% no 7ºano, 44,2% no 8ºano e 24,8% no 9ºano.

No ensino básico, encontram-se ainda abaixo das metas previstas pela escola as seguintes disciplinas:

- **No 7º ano:** Matemática (50,5%); Língua Estrangeira I Inglês (34,3%), Português (34,3%), Ciências Naturais (27,6%), História (27,6%), Geografia (22,9%), Física-Química (21,9%), Língua Estrangeira 2 Francês (21%).
- **No 8º ano:** História (41,7%); Língua estrangeira I Inglês (40,9%); Matemática (40,8%); Geografia (34,2%); Ciências Naturais (30%), Português (28,3%); Língua Estrangeira 2 Francês (25%), Física-Química (24,2%).
- **No 9º ano:** Físico-Química (32%); Matemática (31,2%); Português (27,2%); Língua Estrangeira I Inglês (23,2%); Educação Visual (21,7%).

A realização de **provas de diagnóstico**, formalizadas pela própria escola, às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática é um aspecto positivo que merece ser registado, na medida em que revela a preocupação crescente com a articulação e sequencialidade das aprendizagens dos alunos. Em ambos os casos, as provas de avaliação diagnóstica aplicadas aos alunos do 7.º ano, no início do presente ano lectivo, evidenciaram lacunas nas aprendizagens.

Na Matemática, 66% destas provas foram negativas. Tal facto, por si só, permite-nos admitir que, definitivamente, terá chegado o momento de a ESA encetar e promover a articulação e o diálogo com as estruturas ou equipas pedagógicas dos ciclos precedentes (2.º ciclo, pelo menos), no que diz respeito aos currículos e à sua sequencialidade (ou falta dela), aos métodos, aos critérios de avaliação, entre outros aspectos que os docentes em questão considerem pertinentes. É inquestionável para toda a comunidade educativa a

preocupação e o trabalho que os professores desta escola vêm dedicando, desde há muitos anos, ao combate ao insucesso nesta disciplina. Embora, como prova o relatório apresentado pela coordenadora de departamento, alguns resultados sejam positivos, a melhoria dos mesmos está ainda muito aquém do desejado e podemos interrogar-nos se é proporcional aos “investimentos” feitos.

A percentagem de insucesso (**número de alunos em situação de retenção**) no **ensino secundário**, nos cursos científico-humanísticos, é de **16,5%** (10º ano - 17,6%; 11º ano - 7,7%; 12ºano - 24%), no 1.º período.

Verifica-se que este valor baixou em relação ao mesmo período de 2006/07 (30,5%), e encontra-se dentro dos parâmetros esperados pela escola para este ano lectivo (17%).

Contudo no 10º ano, apenas 47,2% dos alunos não teve negativas; enquanto que este indicador é bastante melhor no 11º ano (62,5%) e no 12º ano (76%).

Ainda no 10º ano verifica-se que o número de alunos com duas ou mais negativas é de 35,2%, e que no 11º ano esse valor decaiu para 22,1%.

As percentagens mais elevadas de insucesso surgem nas **disciplinas da componente de formação específica:**

- No 10º ano: História A (31,4%); Biologia/Geologia (29,4%); Matemática A (29,2%); Física-Química A (27,8%); Inglês continuação (26,9%).
- No 11º ano: Francês Cont. (29%); Matemática A (25%); Física e Química A (22%);
- No 12.º ano: Psicologia A (38,5%) Matemática Aplicada às Ciências Sociais (25%); Saúde e Socorrismo (23,1%); Matemática B (22,2%)

Ao nível dos percursos formativos profissionalizantes, os dados do 1.º período afiguram-se bastante preocupantes no ensino básico. Nos **Cursos de Educação e Formação (CEF's)** do ensino básico apenas 15,4% dos alunos não tiveram negativas, sendo que 59,1% têm duas ou mais negativas, situando-se o insucesso em níveis superiores a 50% nas áreas curriculares de electricidade e informática, mas também em disciplinas estruturantes como Língua Portuguesa e Inglês. Há trinta alunos, num total de setenta e oito, com mais de três níveis inferiores a três.

Que ilações tirar deste insucesso nos CEF's no 1.º período? Importa identificar e discutir o que não está bem com estes alunos.

Na perspectiva dos (3) departamentos (ver relatórios de reflexão da avaliação do 1.º período, anexos ao relatório da execução do PAA) o insucesso dos alunos radica geralmente nos seguintes problemas/dificuldades:

- lacunas nas aprendizagens anteriores
- dificuldades na compreensão de gráficos e de textos relacionados com os conteúdos;
- limitações de expressão oral e escrita
- dificuldade na elaboração de raciocínios;

- falta de empenho e de concentração nas aulas
- pouca dedicação ao estudo
- falta de hábitos de trabalho
- falta de métodos de estudo
- fraco comportamento dos alunos (essencialmente no básico e CEF's)
- desmotivação acentuada relativamente à componente profissionalizante escolhida (CEF's)
- falta de expectativas profissionais (CEF's)

Se estes são problemas/dificuldades tão prementes, conselho pedagógico, conselhos de turma e departamentos devem reflectir sobre estratégias/actividades a desenvolver na escola com os alunos para minorar os efeitos destes factores no grau de aproveitamento escolar, apostando sempre no reforço do envolvimento e da responsabilização de todos (alunos e encarregados de educação) no processo de ensino-aprendizagem.

Mais uma vez se coloca a questão da falta de perspectivas profissionais que muitos destes jovens revelam e a sua falta de motivação intrínseca para a frequência destes cursos. Aqui o trabalho das famílias pode ser decisivo e os **SPO** da escola (cujos recursos humanos **continuam a ser mais que insuficientes**, como há muito se vem dizendo) desempenham aqui um papel essencial e podem ajudar a entender melhor esta situação. Numa época em que a escola quer garantir a orientação e a formação profissional dos jovens, estruturas como esta (SPO) deviam ser de imediato reforçadas. Os percursos profissionalizantes que já proliferam nesta escola há muito que o justificam.

Os departamentos curriculares, com a respectiva aprovação do Conselho Pedagógico, elaboraram **fichas de auto-avaliação dos alunos por disciplina e ano de escolaridade** (página 8 do Relatório de execução do PAA); no entanto, os departamentos não apresentam qualquer análise sobre este aspecto na sua reflexão sobre os resultados escolares do primeiro período, pelo que se desconhece se houve ou não discrepâncias acentuadas entre auto-avaliação feita pelos alunos e a avaliação que lhes foi atribuída pelos docentes no 1.º período, ficando por saber também se a experiência foi positiva e/ou o que há a corrigir a este nível.

Os dados apresentados permitem-se questionar se o investimento actual nas **actividades/aulas de substituição** para ocupação plena dos tempos dos alunos estará a surtir efeitos? Poderia esse potencial humano e logístico ser aproveitado de forma mais eficaz no combate ao insucesso? Questões que devem fazer a escola pensar na optimização dos seus recursos humanos e outros, em função das suas reais necessidades, no quadro da sua autonomia. Se bem que a escola tenha progredido na concretização do plano de ocupação integral do horário dos alunos, as actividades de substituição (actividades educativas de substituição e aulas de substituição) continuam a ter várias reservas segundo os dados dos inquéritos realizados aos docentes e discentes.

Os docentes acentuam, fundamentalmente, a sobrecarga do seu serviço e a dificuldade da escola em disponibilizar os recursos físicos/materiais necessários à execução do PDS (Plano de Distribuição do Serviço Docente); mais de 50% dos alunos caracterizam-nas como desinteressantes ou dispensáveis.

A taxa de **insucesso das medidas de apoio educativo**, nomeadamente das aulas de apoio e de recuperação, é elevada, da ordem dos 70%.

Sensivelmente um terço dos alunos do ensino básico foi submetido a planos de recuperação e de acompanhamento, quantidade significativa que reflecte o grau de insucesso registado no 1.º período.

O **abandono escolar** precoce foi de 0%; no entanto, registaram-se 11 situações de abandono escolar por excesso de faltas e anulações de matrícula (6 alunos do básico e 5 do secundário).

Contrariamente às iniciativas de grande proximidade entre a estrutura representativa dos pais (Associação de Pais da ESA) e a escola, mantém-se a **fraca afluência dos pais** no contacto com os Directores de Turma, no horário de atendimento, sendo que 51,2% nunca o fez e 38,8% apenas uma vez; portanto, 90% dos encarregados de educação nunca ou apenas uma vez compareceu durante o 1.º período, o que se poderá traduzir num insuficiente acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos e num certo alheamento relativamente às questões de ordem disciplinar.

Importaria ver, com clareza e objectividade, que estratégias foram efectivamente postas em marcha para a consecução deste objectivo e que outras será necessário implementar para o atingir, sob pena de não ser alcançada uma das metas que a escola apontou como uma prioridade.

2. PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA

Sendo a prevenção da indisciplina e a redução do número e gravidade dos comportamentos infractores uma das áreas de intervenção prioritárias da ESA, da análise do relatório no que respeita à quantidade e natureza das ocorrências disciplinares no 1.º período constata-se que relativamente ao ano anterior:

Aumentou consideravelmente o **número de ocorrências** (78), a instauração de processos disciplinares (12) e de penalizações (11);

A **indisciplina** envolve fundamentalmente alunos do **ensino básico** (91%), com particular incidência no 7.º ano e em duas turmas dos cursos profissionalizantes (CEI e COI);

Quanto à **tipologia**:

continuam a ocorrer maioritariamente dentro da sala de aula (55 ocorrências) e no recreio (21 ocorrências);

predominam a perturbação contínua da sala de aula (25%), a linguagem inadequada por desrespeito e palavrões (20, 5%) e a desobediência a ordens ou instruções (18%)

Analisando as **actividades** postas em prática para intervenção prioritária na promoção da cidadania na escola/**educação cívica** (ver página 27/28 do relatório de execução do PAA), é de **ponderar se estarão a ser as necessárias (quantidade) e as mais adequadas** tendo em conta a prioridade de se prevenir e reduzir o problema concreto da indisciplina; devem estudar-se algumas estratégias/actividades mais direccionadas e diversificadas, mas consequentes, no sentido de intervir especificamente neste problema da escola (das quais é um exemplo a acção de “Formação de jovens líderes”, dirigida aos alunos delegados de turma, etc.).

A este propósito, constata-se que no elenco das actividades incluídas neste capítulo do PAA, seria necessário destrinçar convenientemente os objectivos e os efeitos das acções de âmbito mais geral das daquelas que efectivamente actuam ao nível dos problemas que se pretende combater.

3. OPTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE CERTAS ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA

No que respeita aos **departamentos**:

- continuar a promover a aposta no trabalho colaborativo. Todos sentem muita dificuldade em dar resposta às inúmeras tarefas solicitadas. Falta tempo para investir na planificação e preparação cuidada das actividades lectivas. É preciso criar condições de trabalho que valorizem o que é essencial.

No que respeita aos **conselhos de turma**:

-continuar a promover a aposta no trabalho colaborativo;
-uniformização das normas de comportamento dos alunos;
- monitorizar a progressão do desempenho da turma, através do PCT e planos de melhoria para as turmas.

Ainda no que respeita ao funcionamento dos conselhos de turma, no relatório da execução do PAA refere-se (página 34) como uma das melhorias a “**elaboração participada do projecto curricular de turma (PCT)**”. **Contudo, esta avaliação não corresponde à opinião expressa pela maioria dos directores de turma** na resposta aos inquéritos do 1.º período realizados no âmbito do processo de auto-avaliação da ESA. Lembramos, a propósito, que muitos DT ainda não entregaram o seu inquérito preenchido, o que dificulta o trabalho subsequente da equipa.

Continuam a verificar-se **atrasos substanciais** e até a não entrega de **relatórios de avaliação das actividades realizadas** (visitas de estudo, etc). É importante que quem realiza as actividades as avalie e dê a conhecer as suas conclusões a quem tem o dever de acompanhar a execução do PAA.

4. MELHORIA DOS ESPAÇOS/SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS

Necessidade de intensificar a oferta e acelerar a modernização e apetrechamento das salas de aula em **novas tecnologias** (videoprojectores, etc) e espaços específicos ao funcionamento de certos cursos, bem como aumentar o número de PC portáteis, tendo em conta que a utilização das TIC em contexto de educação e ensino/aprendizagem é apontado como um dos parâmetros de avaliação do pessoal docente.

E **continuam a faltar espaços de trabalho para os professores** em geral, e para os directores de turma em particular, principalmente para atendimento aos pais e EE. **Sem condições não há trabalho em condições.**

O balanço da acção da escola neste primeiro período é globalmente positivo, sendo visível que há uma maior coordenação e uma maior coerência entre os documentos orientadores e os executores, entre ideais e práticas. No entanto, é importante que se faça esta avaliação intermédia de progresso para, eventualmente, corrigir, alterar ou reforçar as opções e as acções.

A equipa de Auto-avaliação da Esa
Fevereiro de 2008.